



C.C:

Exmo(a) Sr(a)
CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa Referência:
S/3067/2022

Data:
23/06/2022

Assunto: “Consulta Prévia “ para Fornecimento e Instalação de Móveis / Estantes no Edifício dos Paços do Concelho de Arganil

Convidam-se V.ªs Exas., nos termos do disposto no n.º1 do art.º 115.º do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes, **a apresentar proposta para Fornecimento e Instalação de Móveis / Estantes no Edifício dos Paços do concelho de Arganil** nos termos do disposto na alínea c) do artigo 20.º do Código dos contratos Públicos atual redação, cujos valores e especificações técnicas, bem como e referência a aspetos essenciais, constam do caderno de encargos, anexo ao presente convite, nos seguintes termos:

1 – Entidade adjudicante:

A Entidade Adjudicante é o Município de Arganil, com sede na Praça Simões, 3350-954, Arganil, Tel: 235200150, Fax:235200158, e-mail: geral@cm-arganil.pt

2 – Decisão de contratar:

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, através do seu despacho exarado na INF/DAGF/167/2022 no uso de competência própria que lhe é conferida pelo disposto nas alíneas f) e g) do n.º1 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º1 do art.º 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, ainda vigente, por força da Resolução n.º 86/2011, de 11 de Abril, e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 36.º do Código do contratos públicos na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º111-B /2017 de 31 de agosto com as alterações vigentes.

3 – Documentos que instruem a proposta:

Os documentos que constituem a proposta são os seguintes, os quais são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de janeiro, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, da qual se anexa cópia;
- Documento que, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º e no n.º 2 do artigo 56.º do CCP, do qual deverá constar o Preço

total da proposta, com a indicação expressa da não inclusão do IVA e que ao mesmo acresce aquele imposto à taxa legal em vigor e Lista de preços unitários para cada tipo de estante.

- Documento que, contenha os termos ou condições relativo a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.
- Prazo de validade da proposta (mínimo: 66 dias).
- Registo do Beneficiário efetivo nos termos do previsto na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- Certidão do registo Comercial da empresa ou o seu código de acesso para a sua consulta;
- Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º1 do art.º 57.º.

A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente na referida declaração.

4 – Prazo e modo de apresentação das propostas:

A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>, observando o disposto nas alíneas seguintes:

- a) Prazo para apresentação das propostas: **Até às 23h59 do 6 (sexto) dia pós envio do convite;**
- b) Prazo de manutenção das propostas: 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- c) A proposta deve ser colocada na plataforma e em caso de dificuldade para aceder e utilizar a plataforma eletrónica, o concorrente deve contactar o serviço de apoio ao cliente da empresa Acingov S.A. – 707 451 451, disponível nos dias úteis das 8h30m às 19h:00m.
- d) A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, por quem tem poderes para obrigar a empresa. O concorrente que não disponha de um certificado de assinatura eletrónica referida no número anterior, quando efetua o seu registo como fornecedor do estado, deve em simultâneo solicitar a emissão de um certificado de assinatura eletrónica qualificada emitida por uma entidade certificada pelo CEGER.
- e) Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e artigos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

5– Preço base:

O preço base total do procedimento é de **39 300,00 € (trinta e nove mil e trezentos euros)**,ao qual acresce IVA à taxa legal.

6– Caução

Não é exigível a prestação de caução nos termos do disposto da alínea a) no n.º 2 do art.º 88 do Código dos Contratos Públicos. Contudo a entidade adjudicante pode proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos no n.º 3.º do referido artigo, com a finalidade de garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais previstas.

7 – Documentos de Habilitação

O Concorrente adjudicatário, deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, apresentar através de plataforma eletrónica, designadamente, os seguintes documentos de habilitação, nos termos do disposto nos art.ºs 81.º a 83.Aº do CCP, sendo de três dias o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º.

1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II cuja minuta se anexa às peças do presente procedimento;
2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
 - Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social;
 - Declaração de situação regularizada relativamente a impostos;
 - Registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, para efeitos de contratação pública;
 - Registo criminal da entidade, para efeitos de contratação pública.

8 - Critério de adjudicação

1 – A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único espeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

2 - Em caso de empate das propostas, será considerado como fator de desempate o seguinte critério:

Recurso a um sistema de sorteio que garanta a total aleatoriedade do resultado, sendo que o método previsto será efetuado da seguinte forma: O júri convocará todos os concorrentes a estarem presentes para a realização do sorteio, onde serão identificadas individualmente as propostas num envelope fechado, que depois de introduzidas numa tómbola serão sorteadas. A ordem de saída determinará a ordenação final das propostas.

9- Prazo de validade da proposta:

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no art.º 65 do C.C.P.

10 - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º2 do art.º 115.º do C.C.P.

Em tudo o omissso aplica-se as normas previstas no C.C.P. aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do procedimento .

Com os melhores cumprimentos,



Este documento contém a assinatura digital de:

Luis Paulo Carreira Fonseca Da Costa Nº 522

O Presidente da Câmara

2022/06/23 15:57:06 +0100